

TCU propõe correções para Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Criado em 2004, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, de responsabilidade da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, ainda está longe de atingir seus objetivos, apesar de já ter consumido aproximadamente R\$ 67 milhões. Essa foi a principal constatação de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar se as ações desenvolvidas pelos gestores e executores são suficientes para cumprir as metas estabelecidas.

O objetivo do programa é garantir segurança alimentar e oferecer oportunidades de emprego e renda para aqüicultores por meio da criação de parques aqüícolas e capacitação de profissionais da área. Além das comunidades, grandes empreendedores também se beneficiariam com a implantação das medidas.

O TCU analisou questões de relevância para o funcionamento do projeto, como a estrutura do órgão, os mecanismos de controle e a articulação institucional. A auditoria apontou deficiência na articulação e na integração entre os vários órgãos envolvidos no processo de autorização dos parques, inexistência de mecanismos de supervisão dos convênios e ausência de indicadores efetivos para o acompanhamento das ações do programa.

O Tribunal recomendou aos órgãos responsáveis pelo programa que elaborem um plano operacional, organizem as iniciativas de pesquisa na área e criem mecanismos para o compartilhamento das informações com as entidades interessadas, entre outras medidas consideradas necessárias para o cumprimento das metas do programa. O ministro Ubiratan Aguiar foi o relator do processo.

